

## **- Relatório de Atividades do Núcleo Especializado**

**Núcleo:** Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

**Coordenadora:** Anáí Arantes Rodrigues

**Período Compreendido:** 13 novembro de 2011 a 13 de maio de 2012

### **Número de Integrantes afastados:**

- de 13 de novembro de 2011 a 08 de fevereiro de 2012: dois integrantes afastados - Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar) e Douglas Tadashi Magami

- de 08 de fevereiro de 2012 a 13 de maio de 2012: três integrantes afastados - Anáí Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar) e Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva)

### **Número de Integrantes Membros/Colaboradores:**

**20 (vinte) integrantes:** Anáí Arantes Rodrigues (coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva), Tatiana Semensatto de Lima Costa (1ª Defensoria Pública do NHABURB) Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Bruno Ricardo Miragaia Souza (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Lot da Silva Nunes (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Pires Pereira, Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernanda Tatari Frazão de Vasconcelos (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Jairo Salvador de Souza (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Maria Beatriz de Alcântara Sá (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Luisa Lins Veloso (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian, (13ª Defensoria Pública do NHABURB) e Carlos Eduardo Targino da Silva (14ª Defensoria Pública do NHABURB); Carlos Henrique Aciron Loureiro (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB),

## Atividades Desenvolvidas

### 1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos

O Núcleo de Habitação e Urbanismo, no período objeto do presente relatório, seguiu atualizando o seu subportal com modelos de petição, legislação, jurisprudência e demais assuntos de interesse para atuação na temática da habitação e urbanismo. No período, foram enviados por e-mail quatro informativos. Em um deles, a partir de conversar realizadas com a CDHU, o núcleo sugere redação de acordos de divórcio onde se pretende partilhar imóveis da CDHU, com o objetivo de facilitar regularização da situação dos contratos perante esse órgão.

### 2) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos

#### 2.1. Medidas Judiciais e Extrajudiciais propostas isoladamente

##### A - Lista de ações propostas

PROCESSO	AÇÃO / OBJETO	FASE ATUAL
Autos do processo n. <b>0004633-75.2012.8.26.0053</b> 10ª Vara da Fazenda Pública	Ação Civil Pública, objetivando a condenação da Prefeitura na obrigação de não fazer para que se abstenha de intervir em imóveis particulares e públicos destinados a moradia de baixa renda na região da Cracolândia e, subsidiariamente, o reassentamento da população.	Após o indeferimento da liminar, que ensejou a interposição de Agravo de Instrumento por parte da Defensoria, os Autos encontram-se em carga com a Ré para apresentação de defesa
Autos do processo n. <b>0002999-44.2012.8.26.0053</b>	Ação Civil Pública objetivando a condenação da Ré na obrigação de não fazer para que se abstenha de remover a Comunidade Viela	<u>Liminar concedida</u> para que a Prefeitura não remova a Comunidade.

9ª Vara da Fazenda Pública	Beira Rio no Complexo Heliopolis e, subsidiariamente, para que oferte atendimento habitacional provisório e definitivo aos moradores.	
<b>Distribuição por dependência dos autos 0039915-14.2011.8.26.0053</b> 9ª Vara da Fazenda Pública	Ação Civil Pública objetivando condenar a Prefeitura de São Paulo a proceder a regularização fundiária de ZEIS ou, subsidiariamente, a execução de obras constantes em laudo do IPT para eliminar os riscos do loteamento Jd. Hebron, garantindo-se a permanência dos moradores no local	Ação proposta em 11.05.2012

## B - Lista de ações extrajudiciais

**B.1 – Reunião com moradores das comunidades que serão atingidos pelo Trecho Norte do Rodoanel e tratativas com o DERSA visando a garantia do direito à moradia das famílias.** O núcleo vem acompanhando a questão da construção do Trecho Norte do Rodoanel, em especial no que diz respeito ao impacto social por conta das remoções. Nesse sentido, foi realizada. a) Reunião com lideranças das comunidades que serão atendidas, da qual foi tirada comissão que representará essas comunidades perante a Defensoria Pública; b) duas reuniões, junto com Ministério Público, no DERSA, para tratar da questão. De uma delas participaram também Procuradores do Estado, uma vez que a PGE será a responsável pelas desapropriações e remoções, especialmente para tentarmos encontrar soluções prévias para algumas questões já vivenciadas em outros trechos do rodoanel (em especial no que diz respeito à possibilidade de indenização da posse). Uma nova reunião, para tratar especialmente da questão dos cadastros, já foi agendada, bem como o retorno dessas questões à comissão de representantes das comunidades.

**B.2. - Acompanhamento *in loco* do incêndio da Favela do Moinho.** No dia do incêndio, o Núcleo de Habitação compareceu na comunidade e participou da mobilização das lideranças. Após o incêndio, houve inúmeras reuniões com a Comissão de Moradores formada e com a Prefeitura no sentido de garantir atendimento habitacional digno para as famílias que foram vitimadas

pelo incêndio, sendo certo que no mês de janeiro do corrente ano, a Defensoria de São Paulo, junto com o Ministério Público, Escritório Modelo da PUC e Prefeitura, subscreveram uma minuta de garantia de atendimento habitacional aos moradores.

**B.3. – Acompanhamento “*in loco*” do incêndio na Favela do Coruja.** O Núcleo compareceu ao local dias após o incêndio, conversando com as famílias e dando orientações básicas. Depois disso, o Núcleo entrou em contato com a Habi-Norte (Secretaria de Habitação) e agendou reunião com a diretora responsável, da qual participaram também lideranças da comunidade. Nessa reunião, a Prefeitura se comprometeu a incluir as famílias no programa Parceria Social e a entregar compromisso de atendimento definitivo, bem como de que somente sairiam do atendimento provisório quando recebessem atendimento definitivo. Os moradores que tiveram suas casas incendiadas (40% da comunidade) já estavam recebendo o atendimento. Entre os demais, parte gostaria de aceitar, a outra não. O Núcleo segue acompanhando situação da comunidade.

**B.4. – Acompanhamento “*in loco*” da reintegração de posse ocorrida na Rua Conselheiro Nebias, no centro de São Paulo, no dia 09 de fevereiro de 2012.** Tal reintegração se deu por força de ordem judicial. Tratava-se de ocupação recente realizada pelo Movimento Frente de Luta por Moradia. Considerando que existia advogado do próprio movimento nos autos da ação de reintegração, a atuação do Núcleo foi feita extrajudicialmente, apenas para evitar qualquer ato abusivo no momento da reintegração.

**B.5. – Cracolândia.** O Núcleo de Habitação realizou visitas “*in loco*”, no início do ano, na região vulgarmente denominada de Cracolândia, no centro de São Paulo, tendo em vista as denúncias recebidas pela Defensoria no sentido de remoção de famílias que ocupavam habitações multifamiliares. Nessa oportunidade, foram realizadas conversas com os moradores ocupantes de tais edifícios no sentido de mobilizá-los, sem prejuízo de ajuizamento de ação civil pública, conforme já relatado na lista de ações propostas.

**B.6. Projeto Nova Luz.** O Núcleo de Habitação, desde meados do ano de 2011, participa de algumas reuniões do Conselho Gestor da ZEIS do Projeto Nova Luz com vistas a acompanhar a elaboração do Plano de Urbanização da ZEIS inserida dentro do Projeto Nova Luz. No dia 04/4 do corrente ano, o Plano de Urbanização da ZEIS foi votado sem a anuência dos conselheiros da Sociedade Civil, razão pela qual este Núcleo foi instado a ajuizar ação civil pública, para o que está aguardando juntada de documentos pelos conselheiros.

**B.7 Operação Urbana Água Espreada.** O Núcleo de Habitação e Urbanismo participou em fevereiro do corrente ano de reunião do Conselho Gestor da referida operação para acompanhar o seu andamento, bem como os encaminhamentos referentes aos projetos de habitação de interesse social a serem realizados no âmbito da Operação.

**B.8 – Visita à Ocupação Mauá.** No dia 12 de maio, o Núcleo visitou a Ocupação Mauá, que sofre processo de reintegração de posse, com liminar deferida, para conhecer e acompanhar a situação dos moradores.

**B.9 Participação em Audiências Públicas.** No período, o Núcleo participou de três audiências públicas na Assembleia Legislativa: uma sobre a Conferência Rio + 20, uma sobre a reintegração do Pinheirinho e outra sobre “Reintegração de Posse, Remoções e Função Social da Terra Urbana”.

## 2.2. Medidas Judiciais propostas conjuntamente com Defensor Natural

No período, o Núcleo de Habitação deu suporte e auxílio à Unidade de São Berardo do Campo, no mês de abril do corrente ano, para propor ação de obrigação de não fazer em face da Prefeitura, objetivando a não remoção de moradores em área de manancial.

Ainda, participou de audiência de tentativa de conciliação realizada no Tribunal de Justiça, em virtude de agravo de instrumento interposto pelo defensor natural do Jabaquara.

Auxiliou os defensores públicos da Unidade de Carapicuíba na interposição do agravo de instrumento que ensejou a suspensão de ordem de reintegração da comunidade do Jd. Savoy.

Por fim, o Núcleo coordenou mutirão de ajuizamento de ações individuais de indenização pelos danos materiais e morais sofridos em razão da reintegração de posse no Pinheirinho.

## **3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas**

No período, foi realizado um curso de capacitação para atuação prática na temática da habitação e urbanismo, voltado para defensores e agentes (programação no Anexo 1). O Núcleo também elaborou um folder sobre despejo de áreas públicas e uma cartilha sobre o direito à moradia e regularização fundiária, que se encontram na EDEPE para diagramação e impressão.

## **4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas**

O Núcleo Especializado, nesse semestre, enfatizou o intercâmbio entre as mais diversas entidades, sejam públicas ou privadas, para execução de suas atividades.

Essa postura pode ser elucidada por meio dos seguintes exemplos:

4.1. Manutenção e aprimoramento do convênio com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica - EM/PUC. Importante frisar que esses convênios, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, mostram-se importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre a instituição e os conveniados, de fundamental importância. Por exemplo, são diversas as ações que são

acompanhadas de forma conjunta entre a Defensoria Pública e o Escritório Modelo, sendo que a primeira é responsável pelas questões jurídicas e o segundo pela parte técnico-social, tendo em vista que o Núcleo não dispõe de profissionais na área. Estabelecemos uma dinâmica de realização de reuniões mensais com ambas as entidades.

4.2. Encerramento da III Jornada da Moradia Digna e preparação da IV Jornada da Moradia. A Jornada da Moradia Digna, realizada nos dias 26/27 de fevereiro de 2011, está em fase de encerramento. Para tanto, o Núcleo, juntamente, com as entidades que organizaram o evento, participou de visita na Comunidade do Trecho Norte do Rodoanel, para fazer a devolutiva. Também já está agendada a reunião de devolutiva da Jornada da comunidade do centro, que será realizada em maio. Está agendada para junho a data de encerramento oficial, quando será lançada também a IV Jornada. Essa já começou a ser organizada, para o que estão sendo realizadas reuniões mensais.

4.3. Diálogo constante com o Ministério Público. O Núcleo de Habitação também exerceu atividades em conjunto com o Ministério Público, principalmente participando de reuniões com promotores, juntamente com a comunidade, como no caso da Favela do Moinho, Viela da Paz, Coruja e Trecho Norte do Rodoanel.

4.4. Pedido de convênio técnico. Foi encaminhando à assessoria de convênios pedido de realização de convênio com órgãos, ONGs ou instituições que possam dar apoio técnico às demandas na área de habitação e urbanismo. O pedido baseia-se na constatação de que temos muitos casos em que necessitamos desse apoio técnico, em especial da realização de perícias, que o convênio já existente com o CREA não consegue atender, diante da complexidade.

#### **5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado**

O Defensor Público Douglas Tadashi Magami continua membro titular integrante do Conselho Estadual de Saneamento e a Dra. Ana Carvalho, suplente.

No período, houve apenas uma reunião no Conselho Estadual de Saneamento que foi realizada no mês de novembro de 2011 no Palácio dos Bandeirantes. Contudo, essa reunião foi tão somente para dar posse aos novos membros e aprovar o regimento interno, de forma que não houve discussões acerca de políticas públicas.

#### **6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado**

Além dos já citados compilação e encaminhamento de jurisprudências, sugestões de atuação, modelos, notícias etc. relacionados ao tema, o Núcleo Especializado está permanentemente à disposição dos defensores naturais para esclarecimento de dúvidas,

auxílio em casos específicos, troca de ideias sobre questões variadas ou qualquer outra demanda que se fizer presente.

A fim de estreitar os laços de afinidade com as Unidades, a Coordenação enviou email aos Coordenadores de todas as Unidades questionando quem tinha interesse em receber a visita do Núcleo de Habitação. Poucas unidades responderam, sendo que, no período do relatório, foram realizadas visitas às Unidades de Franca e Ribeirão Preto.

#### **7) Acionamento de Cortes Internacionais**

Não foi acionada Corte Internacional nesse período.

#### **8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública**

Considerando que o Plano de Atuação da Defensoria Pública vigente refere-se ao biênio 2009/2011, vale esclarecer que no período a que se refere esse relatório, as principais ações do núcleo no sentido de implementar o plano foram: acompanhamento administrativo e judicial de casos em que há risco ao direito à moradia e à cidade, com especial atenção a casos em que a comunidade se encontra em área de risco; atuação judicial e extrajudicial com vistas a evitar a prática de remoções compulsórias; acompanhamento do encerramento da III e início da organização da IV Jornada da Moradia Digna; participação em Audiências Públicas que tratam de questões afetas ao direito à cidade e à moradia; participação de reuniões para discussão de projetos de lei afetos à temática; continuidade da execução do projeto de regularização fundiária do Jardim Jaqueline. Maiores informações sobre essas ações podem ser encontradas ao longo do presente relatório.

Ainda, vale observar que, embora não tenha ainda sido aprovado o Plano Anual de Atuação do biênio 2011/2013, o núcleo já instaurou procedimento administrativo referente a cada uma das propostas aprovadas no III Ciclo de Conferências, para que sejam tomadas providências no sentido da sua implementação (como se observa pela tabela de andamento da PAs, anexa). Sobre isso, destaca-se: encaminhamento de ofício a todos os núcleos especializados da Defensoria Pública para convidá-los a participar da organização da IV Jornada da Moradia Digna, chamando os coordenadores para as reuniões mensais; elaboração de cartilha e folders para educação em direitos na temática da habitação e urbanismo; participação do Comitê Popular da Copa; acompanhamento do processo de construção do Trecho Norte do Rodoanel, objetivando evitar os prejuízos gerados por essa intervenção pública; participação de reuniões e sobre a legislação referente a áreas de ZEIS; participação do debate na instituição, em especial com demais núcleos, sobre formas de efetivação da Deliberação 139, pelo que passa a descentralização da atuação na tutela coletiva afeta à temática da habitação e urbanismo.

**9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais**

- Elaboração de cartilhas e *folders* para esclarecer e informar a população quanto a questões afetas ao direito à habitação e à cidade, ainda em processo de conclusão (na EDEPE para diagramação).

**10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências**

Desde março do presente ano, a Defensora Pública Ana C. F. Bueno de Moraes passou a integrar a Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias, na qualidade de Secretária-Geral da Comissão.

Foram realizadas neste período duas reuniões. Nestas reuniões foram apresentados os diagnósticos dos Núcleos, elaboração de uma agenda política, instauração de um procedimento administrativo da Comissão para estudar os impactos sociais dos Megaeventos (Copa 2014 e Olimpíadas 2016). Ademais, está sendo elaborada uma plataforma virtual com modelos de iniciais, convênios, rotinas etc.

**11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade**

O núcleo manteve o canal aberto para o debate, realizando reuniões, com representantes de instituições e entidades ligados à temática da habitação para, conjuntamente, estabelecer temas prioritários de atuação e construir eventuais políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

Um exemplo dessa atuação são os debates em torno dos impactos da Copa 2014 no Estado e no país, dos quais o núcleo vem participando e que têm como objetivo pensar formas de garantir que as intervenções públicas por conta desse megaevento tragam benefícios permanentes à população, especialmente no que diz respeito à ordem urbanística, bem como minorar ao máximo os impactos sociais negativos, em especial em virtude das grandes remoções.

**12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade**

O Núcleo de Habitação vem discutindo com outras entidades que trabalham com a temática da habitação algumas possibilidades/necessidades de atuação no sentido de alterações legislativas. Um exemplo disso é a participação de debates sobre o Decreto nº 44.667/2004, que regulamente o Plano Diretor na área de ZEIS, com o objetivo de se discutir necessidade de revisão desse decreto.

Além disso, no período, a coordenação participou de uma audiência pública sobre “Reintegração de Posse, Remoções e Função Social da Terra Urbana”, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na qual se discutiu, entre outros assuntos, o Projeto de Lei nº 572/2005, que cria Comissão Especial de Análise de Despejos, tendo sido inclusive encaminhado que o deputado proponente sugeriria uma alteração no projeto, para incluir a Defensoria Pública entre os membros que participariam dessa comissão, uma vez que o projeto é de 2005, quando ainda não havia Defensoria Pública.

### **13) Outras ações desenvolvidas**

**A - Projeto Jardim Jaqueline.** Trata-se de um projeto de regularização fundiária do Jd. Jaqueline, que está sendo executado em parceria com o Ministério das Cidades. No período compreendido no presente relatório, o Núcleo, em especial a agente (arquiteta), continuou acompanhando o trabalho técnico realizado pela empresa, tendo sido também realizadas reuniões com a empresa para finalização dos trabalhos técnicos. Além disso, a coordenação do núcleo participou da última reunião do fórum de representantes da comunidade com a empresa, para apresentação dos resultados do trabalho, bem como da Assembléia de conclusão dos trabalhos técnicos na comunidade. O próximo passo será iniciar a elaboração das ações de usucapião.

**B - Atuação judicial.** Além das ações judiciais propostas no período, já elencadas no item “2.a” o núcleo acompanha, atualmente 68 ações judiciais, como se pode observar pela tabela e relatórios de acompanhamento de procedimentos administrativos – Anexo 2. No período, foram recebidos 25 processos judiciais.

**C - Acompanhamento de procedimentos administrativos.** O núcleo acompanha atualmente 135 procedimentos administrativos apuratórios em curso, tendo 104 procedimentos administrativos arquivados, cuja lista e relatórios resumidos seguem no Anexo 3. No período, foram enviados 150 ofícios.

**D - Atendimentos coletivos.** Praticamente todos os dias, de segunda à quinta-feira, são realizados atendimentos de comunidades que agendaram atendimento, seja para saber andamento de PA, seja para dar entrada em casos novos. A agenda de atendimento pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 4).

**E – Reuniões e Eventos.** Além dos atendimentos coletivos, o núcleo participa de diversas reuniões, com lideranças, entidades parceiras, representantes do Poder Público, Ministério Público etc., em geral para tratar de questões relacionadas ao atendimento de comunidades específicas. Eventualmente, tais reuniões se tratam de questões mais abrangentes, que dizem respeito a diversas comunidades, ou a alguma questão genérica ligada à temática da habitação

e urbanismo. Além disso, participamos de alguns eventos relacionados à temática de Habitação e Urbanismo. As atas dessas reuniões estão nos respectivos PAs e a agenda pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 4).

**F - Reuniões ordinárias.** As atas das reuniões ordinárias do núcleo podem ser verificadas no Anexo 5.

#### **14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo**

Não houve, no período, indeferimento de nenhum pedido de representação.

Além disso, um caso encaminhado diretamente para o núcleo foi encaminhado, nos termos da Deliberação do Conselho Superior n. 139/10, para a Unidade do Jabaquara, em novembro de 2011, pelo fato de não se tratar de demanda complexa.

Os casos de arquivamento ou encaminhamento para convênios ou outros órgãos de execução foram todos aprovados em plenária do núcleo e podem ser verificados nas atas dessas e nas listas dos procedimentos administrativos.